

Ferrovias Centro-Atlântica S.A.

**Informações Trimestrais - ITR em
31 de março de 2011
e relatório sobre a revisão de
informações trimestrais**



Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Ferrovia Centro-Atlântica S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Ferrovia Centro-Atlântica S.A. e sua controlada, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Ferrovia Centro-Atlântica S.A.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

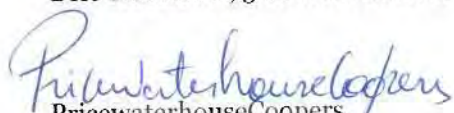
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

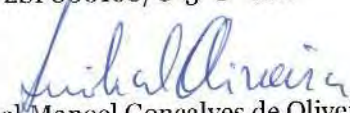
Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado, individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 5 de maio de 2011


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" MG


Aníbal Manoel Gonçalves de Oliveira
Contador CRC 1RJ056588/O "S" MG

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	7
DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	8
Demonstração do Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	15
DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	16
Demonstração do Valor Adicionado	17

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	18
---	----

Notas Explicativas	21
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	68
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	210.197.577.031
Preferenciais	66.665
Total	210.197.643.696
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	2.320.415	2.285.263
1.01	Ativo Circulante	214.599	224.285
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	15.249	30.992
1.01.01.01	Caixa e bancos	7.781	10.201
1.01.01.02	Aplicações financeiras	7.468	20.791
1.01.03	Contas a Receber	86.363	76.924
1.01.03.01	Clientes	86.363	76.924
1.01.03.01.01	Partes relacionadas	16.364	18.128
1.01.03.01.02	Contas a receber de clientes	69.999	58.796
1.01.04	Estoques	70.331	64.623
1.01.06	Tributos a Recuperar	25.487	34.208
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	25.487	34.208
1.01.06.01.01	Tributos a recuperar	25.487	34.208
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.107	6.639
1.01.07.01	Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	1.825	1.825
1.01.07.02	Prêmio de seguro pagos antecipadamente	2.282	4.814
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	13.062	10.899
1.01.08.03	Outros	13.062	10.899
1.01.08.03.01	Adiantamento a empregados	7.025	4.839
1.01.08.03.02	Adiantamento a fornecedores	5.421	5.421
1.01.08.03.03	Outras contas	616	639
1.02	Ativo Não Circulante	2.105.816	2.060.978
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	173.706	159.513
1.02.01.03	Contas a Receber	12.752	12.752
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	12.752	12.752
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	26.308	26.765
1.02.01.07.01	Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	26.308	26.765
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	606	676
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	606	676
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	134.040	119.320
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	129.673	116.297
1.02.01.09.04	Tributos a recuperar	4.367	3.023
1.02.03	Imobilizado	453.575	474.783
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	453.575	474.783
1.02.04	Intangível	1.478.535	1.426.682
1.02.04.01	Intangíveis	1.478.535	1.426.682

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	2.320.415	2.285.263
2.01	Passivo Circulante	266.030	243.107
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	25.868	28.697
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.481	1.231
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	24.387	27.466
2.01.02	Fornecedores	53.212	51.613
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	50.149	41.697
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	3.063	9.916
2.01.03	Obrigações Fiscais	8.921	9.029
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.574	5.166
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	2.740	3.490
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	607	373
2.01.05	Outras Obrigações	171.811	146.452
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	86.556	62.669
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	86.556	62.669
2.01.05.02	Outros	85.255	83.783
2.01.05.02.04	Arrendamento e concessões a pagar	32.834	32.809
2.01.05.02.05	Antecipações de clientes	49.433	47.926
2.01.05.02.06	Outros	2.988	3.048
2.01.06	Provisões	6.218	7.316
2.01.06.02	Outras Provisões	6.218	7.316
2.02	Passivo Não Circulante	400.225	330.855
2.02.02	Outras Obrigações	310.516	245.711
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	34.197	35.768
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	34.197	35.768
2.02.02.02	Outros	276.319	209.943
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	271.484	205.029
2.02.02.02.03	Receitas diferidas	4.835	4.914
2.02.04	Provisões	89.709	85.144
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	86.564	81.998
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.482	100
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	54.100	51.904
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	25.513	24.779
2.02.04.01.05	Provisões administrativas regulatórias	4.168	4.093
2.02.04.01.06	Provisão ambiental	1.301	1.122
2.02.04.02	Outras Provisões	3.145	3.146
2.03	Patrimônio Líquido	1.654.160	1.711.301
2.03.01	Capital Social Realizado	1.722.966	1.722.966
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-68.806	-11.665

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	204.098	208.137
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-241.570	-217.741
3.03	Resultado Bruto	-37.472	-9.604
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-21.471	-8.784
3.04.01	Despesas com Vendas	-27	-13
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-13.052	-11.149
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	13.733	5.559
3.04.04.01	Provisão para devedores duvidosos	741	0
3.04.04.02	Outras	12.992	5.559
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-22.125	-3.181
3.04.05.01	Provisão para riscos e contingências	-3.287	-262
3.04.05.02	Provisão para devedores duvidosos	0	-316
3.04.05.03	Outras	-18.838	-2.603
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-58.943	-18.388
3.06	Resultado Financeiro	1.802	-4.493
3.06.01	Receitas Financeiras	4.922	1.156
3.06.01.01	Recetas de variação monetária	3.840	0
3.06.01.02	Receitas financeiras	1.082	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.120	-5.649
3.06.02.01	Despesas financeiras	-3.120	-2.643
3.06.02.02	Variação monetária	0	-3.006
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-57.141	-22.881
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-57.141	-22.881
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-57.141	-22.881
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	-57.141	-22.881
4.03	Resultado Abrangente do Período	-57.141	-22.881

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-31.202	-12.469
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-21.254	-2.766
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) do período	-57.141	-22.881
6.01.01.02	Depreciação, exaustão e amortização	26.907	24.007
6.01.01.03	Prov/Rev. p/perdas e contingências	4.565	-5.060
6.01.01.04	Receitas/despesas c/ var. cambial	-59	95
6.01.01.05	Despesas arrendamento pagas Antecipadamente	457	457
6.01.01.06	Perdas na alienação de imobilizado	4.015	0
6.01.01.07	Receitas diferidas	-79	-79
6.01.01.08	Despesas com juros	81	695
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-9.948	-9.703
6.01.02.01	Contas a receber - Empresas ligadas	1.833	6.145
6.01.02.02	Contas a receber - Terceiros	-11.203	1.410
6.01.02.03	Estoques	-5.709	2.414
6.01.02.04	Tributos a recuperar	7.378	8.890
6.01.02.05	Outras despesas antecipadas	2.532	3.140
6.01.02.06	Depósitos judiciais e garantias	-13.376	-4.851
6.01.02.07	Outros ativos	-3.454	-271
6.01.02.08	Fornecedores - Empresas ligadas	11.663	-43.427
6.01.02.09	Fornecedores - Terceiros	1.658	5.318
6.01.02.10	Impostos taxas e contribuições a recolher	-108	-420
6.01.02.11	Salários e obrigações sociais	-2.826	-5.061
6.01.02.12	Provisões operacionais	-1.098	5.597
6.01.02.13	Arrendamento e concessões a pagar	25	19
6.01.02.14	Outros passivos	2.737	11.394
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-61.567	-39.116
6.02.01	Compra de ativo imobilizado e intangível	-61.567	-39.116
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	77.026	49.126
6.03.01	Assistência Financeira	10.570	49.126
6.03.02	Adiantamento para futuro aumento de capital	66.456	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-15.743	-2.459
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	30.992	30.177
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	15.249	27.718

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.722.966	0	0	-11.665	0	1.711.301
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.722.966	0	0	-11.665	0	1.711.301
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-57.141	0	-57.141
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-57.141	0	-57.141
5.07	Saldos Finais	1.722.966	0	0	-68.806	0	1.654.160

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.130.199	0	0	-1.197.074	0	-66.875
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.130.199	0	0	-1.197.074	0	-66.875
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-22.881	0	-22.881
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-22.881	0	-22.881
5.07	Saldos Finais	1.130.199	0	0	-1.219.955	0	-89.756

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	254.983	253.153
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	241.265	247.910
7.01.02	Outras Receitas	13.718	5.243
7.01.02.01	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	741	-316
7.01.02.02	Outros	12.977	5.559
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-198.203	-161.699
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-97.765	-43.815
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-94.669	-111.173
7.02.04	Outros	-5.769	-6.711
7.03	Valor Adicionado Bruto	56.780	91.454
7.04	Retenções	-26.907	-24.007
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-26.907	-24.007
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	29.873	67.447
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.922	1.155
7.06.02	Receitas Financeiras	4.922	1.155
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	34.795	68.602
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	34.795	68.602
7.08.01	Pessoal	42.900	38.379
7.08.01.01	Remuneração Direta	28.888	26.152
7.08.01.02	Benefícios	10.256	8.987
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.155	2.792
7.08.01.04	Outros	601	448
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	45.916	47.455
7.08.02.01	Federais	30.998	30.493
7.08.02.02	Estaduais	14.867	16.918
7.08.02.03	Municipais	51	44
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.120	5.649
7.08.03.01	Juros	3.120	5.649
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-57.141	-22.881
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-57.141	-22.881

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	2.320.021	2.284.869
1.01	Ativo Circulante	214.599	224.285
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	15.249	30.992
1.01.01.01	Caixa e bancos	7.781	10.201
1.01.01.02	Aplicações financeiras	7.468	20.791
1.01.03	Contas a Receber	86.363	76.924
1.01.03.01	Clientes	86.363	76.924
1.01.03.01.01	Partes relacionadas	16.364	18.128
1.01.03.01.02	Contas a receber de clientes	69.999	58.796
1.01.04	Estoques	70.331	64.623
1.01.06	Tributos a Recuperar	25.487	34.208
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	25.487	34.208
1.01.06.01.01	Tributos a recuperar	25.487	34.208
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.107	6.639
1.01.07.01	Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	1.825	1.825
1.01.07.02	Prêmio de seguro pagos antecipadamente	2.282	4.814
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	13.062	10.899
1.01.08.03	Outros	13.062	10.899
1.01.08.03.01	Adiantamento a empregados	7.025	4.839
1.01.08.03.02	Adiantamento a fornecedores	5.421	5.421
1.01.08.03.03	Outras contas	616	639
1.02	Ativo Não Circulante	2.105.422	2.060.584
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	173.312	159.119
1.02.01.03	Contas a Receber	12.752	12.752
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	12.752	12.752
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	26.308	26.765
1.02.01.07.01	Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	26.308	26.765
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	212	282
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	212	282
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	134.040	119.320
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	129.673	116.297
1.02.01.09.04	Tributos a recuperar	4.367	3.023
1.02.03	Imobilizado	453.575	474.783
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	453.575	474.783
1.02.04	Intangível	1.478.535	1.426.682
1.02.04.01	Intangíveis	1.478.535	1.426.682

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	2.320.021	2.284.869
2.01	Passivo Circulante	265.636	242.713
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	25.868	28.697
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.481	1.231
2.01.01.01.01	Encargos	1.397	973
2.01.01.01.02	Contribuições	84	258
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	24.387	27.466
2.01.02	Fornecedores	53.212	51.613
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	50.149	41.697
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	3.063	9.916
2.01.03	Obrigações Fiscais	8.921	9.029
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.574	5.166
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	2.740	3.490
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	607	373
2.01.05	Outras Obrigações	171.811	146.452
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	86.556	62.669
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	86.556	62.669
2.01.05.02	Outros	85.255	83.783
2.01.05.02.04	Arrendamento e concessões a pagar	32.834	32.809
2.01.05.02.05	Antecipações de clientes	49.433	47.926
2.01.05.02.06	Outros	2.988	3.048
2.01.06	Provisões	5.824	6.922
2.01.06.02	Outras Provisões	5.824	6.922
2.02	Passivo Não Circulante	400.225	330.855
2.02.02	Outras Obrigações	310.516	245.711
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	34.197	35.768
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	34.197	35.768
2.02.02.02	Outros	276.319	209.943
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	271.484	205.029
2.02.02.02.03	Receitas diferidas	4.835	4.914
2.02.04	Provisões	89.709	85.144
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	86.564	81.998
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.482	100
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	54.100	51.904
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	25.513	24.779
2.02.04.01.05	Provisão administrativa regulatória	4.168	4.093
2.02.04.01.06	Provisão ambiental	1.301	1.122
2.02.04.02	Outras Provisões	3.145	3.146
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.654.160	1.711.301
2.03.01	Capital Social Realizado	1.722.966	1.722.966
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-68.806	-11.665

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	204.098	208.137
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-241.570	-217.741
3.03	Resultado Bruto	-37.472	-9.604
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-21.471	-8.784
3.04.01	Despesas com Vendas	-27	-13
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-13.052	-11.149
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	13.733	5.559
3.04.04.01	Provisão para devedores duvidosos	741	0
3.04.04.02	Outras	12.992	5.559
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-22.125	-3.181
3.04.05.01	Provisão para riscos e contingências	-3.287	-262
3.04.05.02	Provisão para devedores duvidosos	0	-316
3.04.05.03	Outras	-18.838	-2.603
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-58.943	-18.388
3.06	Resultado Financeiro	1.802	-4.493
3.06.01	Receitas Financeiras	4.922	1.156
3.06.01.01	Receitas de variação monetária	3.840	0
3.06.01.02	Receitas financeiras	1.082	1.156
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.120	-5.649
3.06.02.01	Despesas financeiras	-3.120	-2.643
3.06.02.02	Variação monetária	0	-3.006
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-57.141	-22.881
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-57.141	-22.881
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-57.141	-22.881
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-57.141	-22.881
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício	Acumulado do Exercício Anterior
		01/01/2011 à 31/03/2011	01/01/2010 à 31/03/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-57.141	-22.881
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-57.141	-22.881
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-57.141	-22.881

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-31.202	-12.469
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-21.254	-2.766
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) do período	-57.141	-22.881
6.01.01.02	Depreciação, exaustão e amortização	26.907	24.007
6.01.01.03	Prov/Rev. p/perdas e contingências	4.565	-5.060
6.01.01.04	Receitas/ despesas c/ var. cambial	-59	95
6.01.01.05	Despesas arrendamento pagas antecipadamente	457	457
6.01.01.06	Perdas na alienação do imobilizado	4.015	0
6.01.01.07	Receitas diferidas	-79	-79
6.01.01.08	Despesas com juros	81	695
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-9.948	-9.703
6.01.02.01	Contas a receber- Empresas ligadas	1.833	6.145
6.01.02.02	Contas a receer- Terceiros	-11.203	1.410
6.01.02.03	Estoques	-5.709	2.414
6.01.02.04	Tributos a recuperar	7.378	8.890
6.01.02.05	Outras despesas antecipadas	2.532	3.140
6.01.02.06	Depósitos judiciais e garantias	-13.376	-4.851
6.01.02.07	Outros ativos	-3.454	-271
6.01.02.08	Fornecedores- Empresas ligadas	11.663	-43.427
6.01.02.09	Fornecedores- Terceiros	1.658	5.318
6.01.02.10	Impostos taxas e contribuições a recolher	-108	-420
6.01.02.11	Salários e contribuições sociais	-2.826	-5.061
6.01.02.12	Provisões operacionais	-1.098	5.597
6.01.02.13	Arrendamento e concessões a pagar	25	19
6.01.02.14	Outros passivos	2.737	11.394
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-61.567	-39.116
6.02.01	Compra de ativo imobilizado e intangível	-61.567	-39.116
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	77.026	49.126
6.03.01	Assistência financeira	10.570	49.126
6.03.02	Adiantamento para futuro aumento de capital	66.456	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-15.743	-2.459
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	30.992	30.177
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	15.249	27.718

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opcões Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.722.966	0	0	-11.665	0	1.711.301	0	1.711.301
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.722.966	0	0	-11.665	0	1.711.301	0	1.711.301
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-57.141	0	-57.141	0	-57.141
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-57.141	0	-57.141	0	-57.141
5.07	Saldos Finais	1.722.966	0	0	-68.806	0	1.654.160	0	1.654.160

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldo Inicial	1.130.199	0	0	-1.197.074	0	-66.875	0	-66.875
5.03	Saldo Inicial Ajustados	1.130.199	0	0	-1.197.074	0	-66.875	0	-66.875
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-22.881	0	-22.881	0	-22.881
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-22.881	0	-22.881	0	-22.881
5.07	Saldo Final	1.130.199	0	0	-1.219.955	0	-89.756	0	-89.756

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	254.983	253.153
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	241.265	247.910
7.01.02	Outras Receitas	13.718	5.243
7.01.02.01	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	741	-316
7.01.02.02	Outros	12.977	5.559
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-198.203	-161.699
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-97.765	-43.815
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-94.669	-111.173
7.02.04	Outros	-5.769	-6.711
7.03	Valor Adicionado Bruto	56.780	91.454
7.04	Retenções	-26.907	-24.007
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-26.907	-24.007
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	29.873	67.447
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.922	1.155
7.06.02	Receitas Financeiras	4.922	1.155
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	34.795	68.602
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	34.795	68.602
7.08.01	Pessoal	42.900	38.379
7.08.01.01	Remuneração Direta	28.888	26.152
7.08.01.02	Benefícios	10.256	8.987
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.155	2.792
7.08.01.04	Outros	601	448
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	45.916	47.455
7.08.02.01	Federais	30.998	30.493
7.08.02.02	Estaduais	14.867	16.918
7.08.02.03	Municipais	51	44
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.120	5.649
7.08.03.01	Juros	3.120	5.649
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-57.141	-22.881
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-57.141	-22.881

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**1. Receita Bruta**

A receita bruta no primeiro trimestre de 2011 (1T11) foi de 241,2 milhões. A receita bruta no 1T10 foi de R\$ 247,9 milhões, o que significa uma redução de 2,7% em 2011, causado principalmente pela redução do volume transportado em relação ao mesmo período do ano anterior.

A produção no 1T11 fechou em 2,275 bilhões de toneladas por quilômetro-útil (TKU) (1T10 - 2,578), 11,75% abaixo do ano anterior.

2. Custos dos Serviços Prestados

Os custos dos serviços prestados no 1T11 foram de R\$ 241,5 milhões (1T10 - R\$ 217,7), 10,93% acima do mesmo período do ano anterior. Esta variação foi ocasionada principalmente por um aumento no custo com pessoal.

3. Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido no trimestre fechou positivo em R\$ 1,8 milhões, contra um resultado negativo de R\$ 4,5 mil no mesmo período do ano anterior. Essa variação ocorreu principalmente devido a variações monetárias positivas no 1T11 em relação ao mesmo período do ano anterior.

4. Outras Receitas (Despesas) Operacionais

O valor líquido no trimestre foi negativo em R\$ 8,4 milhões, contra um resultado positivo de R\$ 2,3 milhões no mesmo período do ano anterior, devido principalmente à aumento das provisões com ações trabalhistas, tributárias e ao aumento de despesas com processos judiciais.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

5. Investimentos

Os investimentos realizados pela Companhia no 1T11 totalizaram R\$ 61,6 milhões, um aumento de 57,5%% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os investimentos realizados foram:

R\$ mil

CLASSIFICAÇÃO	TOTAL
Construção e ampliação de pátios	15.938
Material Rodante - aquisição e melhorias dos equipamentos	3.414
Melhorias em instalações administrativas e de apoio	435
Novas rotas - desenvolvimento e ampliação	184
Oficinas - aquisição de equipamentos e reformas	420
Segurança, saúde, meio ambiente - Desenvolvimento sustentável	1.524
Trens Turísticos – melhorias	207
Via permanente (infraestrutura e superestrutura)	34.706
Melhoria Operação Ferroviária	3.188
Outros	1.551

O EBITDA apurado nos períodos apresentados é como segue:

	R\$ mil	
	1T11	1T10
Receita operacional líquida	204.098	208.137
Custo dos bens e serviços vendidos		
Custo operacional	(181.536)	(162.642)
Depreciação e amortização	(24.971)	(22.198)
Arrendamento e concessão	(35.063)	(32.900)
	(241.570)	(217.740)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Despesas gerais e administrativas	(13.052)	(11.149)
Despesas com vendas	(27)	(329)
Provisão p/despesas c/riscos e contingências	(2.546)	(262)
Outras receitas operacionais	12.993	5.559
Outras despesas operacionais	(18.838)	(2.603)
EBIT	(58.943)	(18.387)
Depreciação e amortização		
No custo	24.971	22.198
Administrativa	1.445	1.322
Trem Turístico	491	487
	26.907	24.007
EBITDA	(32.036)	5.620
Arrendamento e concessão	35.063	32.900
EBITDA Ajustado	3.027	38.520

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 – Contexto Operacional

A Ferrovia Centro-Atlântica S.A. (doravante denominada “FCA”, “Companhia” ou “Ferrovia Centro-Atlântica”) com sede na cidade de Belo Horizonte, tem por objeto social principal a prestação de serviços de transporte ferroviário, a exploração de serviços de carga, descarga, armazenagem, transbordo e atuação como operador portuário.

De acordo com o contrato celebrado com a União, através do Ministério dos Transportes, em 28 de agosto de 1996, a FCA obteve a concessão para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Centro-Leste, conforme processo de privatização da Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA (doravante “RFFSA”), até agosto de 2026 podendo ser renovada por mais 30 anos, determinado pelo Edital nº A-3, de 28 de março de 1996, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para atender ao Programa Nacional de Desestatização.

Concomitantemente, a Companhia celebrou, em 28 de agosto de 1996, contrato com a RFFSA para arrendamento dos bens operacionais vinculados à prestação do serviço de transporte de cargas da Malha Centro-Leste, até agosto de 2026 renovável por mais 30 anos.

Em maio de 2007 a lei 11.483 encerrou o processo de liquidação da RFFSA, extinguindo-a e declarando a União como sua sucessora em direitos e obrigações.

As linhas da Malha Centro-Leste abrangem os estados de Sergipe, Bahia, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, além do Distrito Federal, totalizando 7.840 quilômetros. A FCA interliga-se às principais ferrovias brasileiras e importantes portos marítimos e fluviais, com acesso direto aos portos de Salvador (BA), Aratu (BA), Vitória (ES) e Angra dos Reis (RJ), além de Pirapora (MG) e Juazeiro (BA), no Rio São Francisco.

adicionalmente, em 28 de junho de 2005, a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT (doravante denominada “ANTT”) autorizou a cisão parcial de ativos da concessão e arrendamento da Ferrovias Bandeirantes S.A. – Ferroban (doravante denominada “Ferroban”), que compreende a operação do trecho ferroviário entre os municípios de Araguari/MG e Boa Vista Nova/SP, denominado Malha Paulista. No exercício de 2005, a Companhia incorporou ao ativo imobilizado os bens relacionados ao referido trecho, bem como o montante pago à Ferroban relativo ao direito de exploração da Malha Paulista, conforme descrito na nota explicativa 18. A Companhia vinha operando este trecho desde 2002, através de acordo operacional com a Ferroban.

Notas Explicativas

Também em 28 de junho de 2005, a ANTT, através da Resolução nº 1007, publicada no Diário Oficial da União em 30 de junho de 2005, aprovou o Termo de Distrato dos Acordos de Acionistas I e II da Companhia, conforme inciso VIII da Cláusula 9.1 do Contrato de Concessão, reconhecendo a Mineração Tacumã Ltda. – controlada indireta da Vale S.A. (“Vale”) - como a única controladora da FCA.

Em 5 de agosto de 2010, a Mineração Tacumã Ltda transformou-se de sociedade empresária limitada em uma sociedade por ações, passando a denominar-se Vale Operações Ferroviárias S.A..

Notas Explicativas

2 - Apresentação das informações trimestrais

2.1 Aprovação das informações contábeis intermediárias

As informações trimestrais foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 29 de abril de 2011.

2.2 Base de preparação

(a) Informações contábeis intermediárias individuais - Controladora

As informações contábeis intermediárias individuais da FCA, aqui apresentadas sob o título de Controladora, foram preparadas de acordo com o CPC 21, "Demonstrações Intermediárias", de forma condizente com as normas estabelecidas pela CVM.

Essas informações contábeis intermediárias devem ser lidas juntamente com as demonstrações contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

(b) Informações contábeis intermediárias consolidadas - Consolidado

As Informações contábeis intermediárias consolidadas, aqui apresentadas sob o título de Consolidado, foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21, "Demonstrações Intermediárias", de forma condizente com as normas estabelecidas pela CVM.

As informações contábeis intermediárias consolidadas, aqui apresentadas sob o título de Consolidado, também foram preparadas de acordo com o IAS 34, "Apresentação de Relatórios Financeiros Intermediários", de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Essas informações contábeis intermediárias devem ser lidas juntamente com as demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

(c) Outros aspectos relacionados a apresentação das informações trimestrais

Notas Explicativas

Na elaboração das informações trimestrais, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As Informações trimestrais consolidadas da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para devedores duvidosos, provisão para perda de estoques, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do intangível com vida útil definida, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Em função de discussões com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, a partir de 1º. de janeiro de 2010, a Companhia passou a registrar na rubrica Receita de serviços prestados o valor bruto recebido dos clientes nas transações de partilha de frete (tráfego mútuo e direito de passagem), registrando a contrapartida pelos valores pagos a terceiros na rubrica Custo dos serviços prestados.

A Companhia não apresentou itens classificáveis como resultado abrangente, desta forma não há divulgação desta informação nas informações trimestrais apresentadas.

3 – Descrição das principais práticas e estimativas contábeis adotadas

As principais práticas e estimativas contábeis adotadas na elaboração dessas informações trimestrais (controladora e consolidado) estão definidas abaixo. As políticas contábeis aplicadas nessas informações contábeis intermediárias são consistentes com as políticas descritas na Nota 4.3 das demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, arquivadas na CVM. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todos os períodos apresentados, exceto quando indicado de outra forma.

a) Critérios de Consolidação

As informações trimestrais consolidadas incluem as informações trimestrais da FCA e da controlada SL Serviços Logísticos Ltda.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas das empresas incluídas na consolidação, segundo a natureza de cada saldo, complementado pelas seguintes eliminações:

- Das participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as empresas.
- Dos saldos de contas correntes e outros integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as empresas.

Notas Explicativas

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

c) Ativos financeiros

Classificação e Mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as categorias de: mensurados ao valor justo através do resultado e de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não-circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que

Notas Explicativas

fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

Provisão para realização de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment").

Um ativo financeiro (ou grupo de ativos financeiros) está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") que possam ter impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro (ou grupo de ativos financeiros) e que possam ser estimados de maneira confiável. Dentre os critérios utilizados pela Companhia para a análise de impairment, são considerados, principalmente, a dificuldade financeira do devedor e quebra de contratos decorrentes de inadimplência continuada.

d) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços e ou vendas de materiais no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes normalmente são reconhecidas pelo valor faturado, ajustado ao seu valor presente quando considerado relevante, e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa ("impairment").

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2011, não houve ajuste a valor presente das transações de vendas, por serem irrelevantes.

e) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável. O custo de aquisição é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel.

f) Imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos

Notas Explicativas

As despesas fiscais do trimestre compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração de resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações (Nota 30).

g) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

A depreciação, de máquinas, equipamentos, móveis e utensílios, é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil-econômica dos bens. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras Receitas, Líquidas"

As taxas anuais de depreciação e amortização estão apresentadas na nota 16.

h) Intangível

Notas Explicativas

I. Direitos de Concessão

Está representado pela mais valia paga pela FCA para operar o trecho denominado Malha Paulista, sendo amortizado usando-se o método linear pelo período restante da concessão, até agosto de 2026.

II. Softwares adquiridos e Licenças

Os softwares e licenças adquiridos são registrados com base nos custos incorridos para aquisição e colocação dos mesmos disponíveis para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de três a cinco anos.

III. Benfeitorias em bens arrendados

Os custos com benfeitorias que são identificáveis, exclusivos e atribuíveis aos bens arrendados, no contexto da concessão da malha centro-leste (Nota 1), são reconhecidos pelo seu custo histórico de aquisição e/ou construção e são amortizados, pelo método linear, ao longo do período de vigência do contrato de arrendamento ou pela estimativa de vida útil, dos dois o menor.

i) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ("impairment"), ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

j) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Notas Explicativas

k) Concessões e arrendamentos

As concessionárias ferroviárias são oriundas, em sua maioria, do processo de desestatização da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA). O modelo adotado no processo de desestatização da RFFSA promoveu a celebração de dois tipos de contratos com o poder concedente. Um dos contratos trata da concessão dos serviços de transportes ferroviários de cargas e passageiros onde são estabelecidas as cláusulas para operação e os valores de outorga que devem ser pagos ao poder concedente pela concessionária. O segundo contrato de arrendamento dos bens pré-existentes e operados pela RFFSA trata da vinculação destes na prestação dos serviços ferroviários de transportes de cargas e passageiros.

Embora existam dois contratos com formas jurídicas distintas (concessão e arrendamento), a essência econômica de ambos é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros. Sendo assim devem ser tratados como sendo um só.

As condicionantes estabelecidas através da interpretação ICPC 01 não se aplicam aos contratos de concessão de prestação de serviços de transportes de cargas ferroviários, conforme também esclarecido na orientação OCPC05 – Contratos de Concessão, considerando que :

I) O poder concedente não define a quem os serviços devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias, conforme cláusula 7ª do contrato de concessão;

II) O poder concedente não determina qual o preço deverá ser cobrado pelos serviços prestados. A base para precificação é o mercado, inclusive, são cobradas tarifas acessórias (transbordo, carga, descarga, armazenamento, etc.) para as quais não há qualquer mecanismo de controle e seu valor é negociado livremente;

A concessionária poderá cobrar qualquer valor diferente de zero pelo transporte ferroviário de carga, respeitados os limites máximos das tarifas de referência estabelecidos pela concedente. A Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), agência reguladora do setor público resoluções anuais aprovando o reajuste das tarifas de referência em cada concessão, constituindo um teto para as empresas (price-cap), o qual raramente é atingido.

Em linha com os esclarecimentos provenientes da orientação OCPC 05, a administração concluiu que os contratos de concessão e arrendamento, oriundos da extinta RFFSA, são contratos de execução, considerando que:

- As partes envolvidas cumpriram parcialmente com suas obrigações na mesma extensão.

Notas Explicativas

- A disponibilização da infraestrutura pelo poder concedente se dá progressivamente à medida que as condições contratuais vão sendo cumpridas pelo concessionário.

- O operador deve cumprir as regras do contrato e o poder concedente possui o direito de cancelar o contrato, indenizando o operador pelos investimentos realizados e ainda não amortizados ou depreciados. Por isso, após analisados os fatos e circunstâncias específicos do contrato se considera que a infraestrutura é disponibilizada gradualmente ao longo do contrato, à medida que o operador satisfaça as condições contratuais e à medida que o poder concedente mantenha a concessão.

Dessa forma, os custos relacionados com os contratos de concessão e arrendamento são apropriados ao resultado mensalmente, ao longo do prazo de concessão com base no montante incorrido das parcelas a serem pagas trimestralmente, corrigidas pela variação anual do IGP-DI, ou seja, entre a data da liquidação do leilão (20 de junho de 1996) e do último aniversário.

l) Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança.

m) Obrigações de pensão

O passivo relacionado aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado pela estimativa de saída futura de caixa, usando-se as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

n) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contra prestação recebida ou a receber pela venda de serviços no curso normal das atividades da Companhia, sendo reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que:

- 1) os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança; e

Notas Explicativas

- 2) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido, utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

o) Moeda Funcional

As transações realizadas nas informações trimestrais da Companhia são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). A moeda funcional adotada pela Companhia e a moeda de apresentação das informações trimestrais é o real.

p) Alterações e interpretações das normas internacionais existentes que ainda não estão em vigor

Não houve emissão de novos pronunciamentos que afetem as informações trimestrais do período. Os pronunciamentos mencionados na demonstração contábil encerrada em 31 de dezembro de 2010 foram adotados sem impacto significativo nas informações trimestrais.

A Companhia entende que os outros pronunciamentos contábeis recentemente emitidos, que não são efetivos a partir de e para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2011, não deverão ser relevantes para as informações trimestrais consolidadas e da controladora.

Notas Explicativas**4 – Correlação das notas explicativas das demonstrações contábeis intermediárias de 31 de março de 2011 com as demonstrações contábeis do exercício de 31 de dezembro de 2010****CORRELAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS DE MARÇO DE 2011 COM DEZEMBRO DE 2010**

<u>Março 2011</u>		<u>Dezembro 2010</u>
nota		nota
1	Contexto Operacional.....	4.1
2	Apresentação das Demonstrações Contábeis/Informações trimestrais.....	4.2
3	Descrição das principais práticas e estimativas contábeis adotadas.....	4.3
5	Práticas contábeis críticas.....	4.4
N/A	Adoção pela primeira vez das Demonstrações Contábeis/Informações Trimestrais de acordo com as normas interacionais (IFRS) e de acordo com os pronunciamentos técnicos pelos CPCs.....	4.5
6	Caixa e Equivalentes de Caixa.....	4.6
7	Contas a receber de clientes.....	4.7
8	Partes relacionadas.....	4.8
9	Estoques.....	4.9
10	Tributos a recuperar.....	4.10
11	Despesas de arrendamento pagas antecipadamente.....	4.11
12	Prêmios de seguros pagos antecipadamente.....	4.12
13	Outros ativos circulantes.....	4.13
14	Depósitos judiciais e provisão para contingências.....	4.14
15	Investimentos.....	4.15
16	Imobilizado.....	4.16
17	Intangível.....	4.17
18	Fornecedores - terceiros.....	4.18
19	Impostos, taxas e contribuições a recolher.....	4.19
20	Salários e obrigações sociais a pagar.....	4.20
21	Arrendamentos e concessões a pagar.....	4.21
22	Provisões operacionais.....	4.22
23	Antecipações de clientes.....	4.23
24	Outros passivos circulantes.....	4.24
25	Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC.....	4.25
26	Receitas diferidas.....	4.26
27	Patrimônio líquido.....	4.27
28	Receitas por natureza.....	4.28
29	Custos e despesas por natureza.....	4.29
30	Imposto de renda e contribuição social.....	4.30
31	Informações por segmentos de negócios.....	4.31
32	Previdência complementar.....	4.32
33	Fatores de risco.....	4.33
34	Instrumentos financeiros.....	4.34

Notas Explicativas

5 – Práticas contábeis críticas

A Companhia prepara suas informações trimestrais com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a sua situação patrimonial, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas da companhia.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que, por definição, as estimativas contábeis raramente seriam iguais aos seus efetivos resultados.

As estimativas e premissas que apresentam risco significativo de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos nos próximos trimestres são as seguintes:

- I. Redução do valor recuperável de ativos – A administração da Companhia adota premissas em testes de determinação da recuperação de ativos financeiros, para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de "impairment", quando aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual "impairment".
- II. Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível – A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.
- III. Imposto de renda e contribuição social diferidos – O imposto de renda e a contribuição social diferidos não foram constituídos, considerando as possibilidades de realização destes ativos.
- IV. Provisão para contingências – A Companhia constituiu provisões para contingências com base em análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis. Se qualquer dado adicional fizer com que seu julgamento ou o parecer dos advogados externos mude, a Companhia deverá reavaliar as suas estimativas.

Notas Explicativas**6 – Caixa e equivalentes de caixa**

Para fins de demonstração do fluxo de caixa os equivalentes de caixa incluem as aplicações financeiras como abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Caixa e Bancos	7.781	10.201
Aplicações Financeiras	7.468	20.791
	15.249	30.992

As aplicações financeiras referem-se a aplicações em certificados de depósitos bancários de curto prazo, (inferiores a 3 meses) que estão acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das informações trimestrais.

7 – Contas a receber de clientes**a) Clientes - Terceiros**

Em 31 de março de 2011 a posição de clientes com faturas em aberto era de R\$ 80.055 (em 31 de dezembro de 2010 R\$ 69.593).

	Controladora e Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Contas a receber de clientes	80.055	69.593
Menos: provisão de perdas de contas a receber de clientes	(10.056)	(10.797)
Contas a receber de clientes, líquidas	69.999	58.796

As análises de vencimentos dessas contas a receber estão apresentadas abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010
A vencer	49.016	46.875
Vencidos até 3 meses	15.713	9.333
Vencidos de 3 a 6 meses	5.270	2.588
Vencidos acima 6 meses	10.056	10.797
Contas a receber de clientes	80.055	69.593

Em 31 de março de 2011, certas contas a receber de clientes no total de R\$ 10.056 (em 31 de dezembro de 2010 R\$ 10.797) estavam vencidas e provisionadas.

As movimentações no trimestre da provisão para impairment de contas a receber de clientes são as seguintes:

Notas Explicativas

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010
Em 1º de janeiro	(10.797)	(8.175)
Provisão (reversão) para perdas de contas a receber de clientes	741	(2.898)
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis		276
Em 31 de março	(10.056)	(10.797)

b) Clientes – Partes Relacionadas

As análises de vencimentos dessas contas a receber de partes relacionadas estão apresentadas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
A vencer	3.313	8.154	3.313	8.154
Vencidos até 3 meses	4.580	3.205	4.580	3.205
Vencidos de 3 a 6 meses	2.335	456	2.335	456
Vencidos acima 6 meses	6.742	6.989	6.348	6.595
Contas a receber de clientes	16.970	18.804	16.576	18.410

8 – Partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas foram pactuadas em condições normais de mercado para operações semelhantes e podem ser demonstradas conforme abaixo:

Balanco Patrimonial	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Ativo circulante				
Partes relacionadas				
Cia Coreano Brasileira de Pelotização - KOBASCO	4	4	4	4
Cia Hispano Brasileira de Pelotização - HISPANOBRA	758	617	758	617
Fundação Vale do Rio Doce - FVRD	171	162	171	162
Log-in Logística Intermodal S/A	612	1.806	612	1.806
Mineração Andirá Ltda	3	3	3	3
MRS Logística S/A		256		256
Rio Doce Manganês - RDM	622	622	622	622
Vale S/A	14.189	14.653	14.189	14.653
Valia	5	5	5	5
	<u>16.364</u>	<u>18.128</u>	<u>16.364</u>	<u>18.128</u>
Ativo não circulante				
Partes relacionadas				
Vale S/A	212	282	212	282
SL Serviços Logísticos Ltda	394	394		
	<u>606</u>	<u>676</u>	<u>212</u>	<u>282</u>

Notas Explicativas

		Controladora		Consolidado	
		31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Balço Patrimonial					
	Notas				
Passivo circulante					
Partes relacionadas					
Log-in Logística Intermodal S.A.		199	108	199	108
MRS Logística S/A		145	139	145	139
Pasa		86.212	62.422	86.212	62.422
Vale S/A		86.556	62.669	86.556	62.669
Passivo não circulante					
Partes relacionadas					
Vale S/A		34.197	35.768	34.197	35.768
		34.197	35.768	34.197	35.768
Adiantamentos para futuro aumento de capital					
Vale Operações Ferroviárias S/A	24	271.484	205.029	271.484	205.029
		271.484	205.029	271.484	205.029

Demonstrações do Resultado	Controladora e Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de março de 2010
Receitas		
Receita bruta de serviços prestados		
Cia Hispano Brasileira de Pelotização - HISPANOBRAS	1.527	4.943
Log-in Logística Intermodal Ltda	1.602	637
Vale Manganês S/A	8.023	6.292
Vale S/A	11.152	11.872
Outras Receitas Operacionais		
Vale S/A		32
Fundação Vale do Rio Doce - FVRD	102	
Samarco Mineração S/A	34	
	136	32
Custos e despesas		
Custo de intercâmbio/aluguel de locos e vagões		
Vale S/A	8.898	1.690
MRS Logística S/A	8.898	1.690
Custo de partilha de fretes		
Vale S/A	35.383	34.376
MRS Logística S/A	1.542	1.635
	36.925	36.011
Providência Complementar		
Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA	422	335
	422	335
Despesas com processos de suporte		
Vale S/A	5.410	4.122
	5.410	4.122
Despesas financeiras		
Vale S/A	138	-
	138	-

As partes relacionadas apresentadas no quadro acima podem ser classificadas da seguinte forma:

Vale S.A.

Controladora indireta

Vale Operações Ferroviárias S.A.

Controladora

Demais empresas

Ligadas (controle em comum da Vale S.A.)

Notas Explicativas

Os créditos com empresas ligadas no circulante e não circulante representam os valores que a FCA tem a receber pela venda de seus serviços, materiais de estoque e/ou itens do imobilizado disponibilizados para venda.

As dívidas com empresas ligadas no circulante e não circulante representam os valores que a FCA tem a pagar pela compra de serviços, materiais e/ou itens para o ativo imobilizado.

Os adiantamentos para futuro aumento de capital são os recursos recebidos pela FCA, de seu acionista controlador, a serem utilizados com a finalidade de aumentar o capital social.

Os intercâmbios de locomotivas e vagões são processos inerentes as atividades de transporte ferroviário de cargas no Brasil. Os custos representam os valores gastos com a utilização de material rodante de outras concessionárias.

As despesas administrativas com processos de suporte representam os gastos com serviços prestados pelo Centro de Serviços Compartilhados (CSC), envolvendo os processos transacionais de Suprimentos, Financeiro, Recursos Humanos, TI e Jurídico.

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia, composto exclusivamente pelos diretores estatutários, é paga integralmente pela Controladora indireta (Vale), sem o respectivo reembolso.

Notas Explicativas

9 – Estoques

Os saldos dos estoques têm sua composição por almoxarifados como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Almoxarifado de Tubarão – ES	142	101
Almoxarifado de Divinópolis – MG	32.008	32.603
Almoxarifado de Alagoinhas – BA	5.492	5.633
Almoxarifado de Uberaba – MG	7.643	7.652
Almoxarifado de Paulínea – SP	3.220	3.733
Almoxarifado de Araguari – MG	1.550	1.818
Almoxarifado de Lavras – MG	2.642	2.439
Almoxarifado de Montes Claros – MG	2.164	1.971
Outros almoxarifados	15.706	8.909
Provisão para perdas em itens de estoque	(236)	(236)
	70.331	64.623

10 – Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar tem sua origem conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
ICMS a recuperar	8.828	10.359
Imposto de renda retido na fonte	889	1.056
Imposto de renda e contribuição social a compensar	16.309	16.826
PIS e COFINS a compensar	3.725	8.888
IOF a recuperar	103	102
Tributos a recuperar - total	29.854	37.231
Tributos a recuperar - não circulante		
ICMS a recuperar	2.627	2.782
PIS e COFINS a compensar	1.740	241
Tributos a recuperar - não circulante	4.367	3.023
Tributos a recuperar - circulante	25.487	34.208

Notas Explicativas**11 – Despesas de arrendamento pagas antecipadamente**

	Controladora e Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Circulante		
Arrendamento (a)	1.719	1.719
Concessão (b)	106	106
Total do Circulante	1.825	1.825
Não Circulante		
Arrendamento (a)	24.785	25.215
Concessão (b)	1.523	1.550
Total do não circulante	26.308	26.765

(a) Arrendamento dos bens - Malha Centro-Leste

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 28 de agosto de 1996 com a Rede Ferroviária Federal - RFFSA, no montante de R\$ 292.421, dos quais R\$ 51.577 foram pagos antecipadamente e foram registrados na rubrica "Arrendamento e concessão pagos antecipadamente", no ativo circulante e não circulante (realizável a longo prazo).

(b) Concessão dos serviços de transporte ferroviário - Malha Centro-Leste

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 28 de agosto de 1996, no montante de R\$ 15.845, dos quais R\$ 3.169 foram pagos à vista.

12 – Prêmios de seguros pagos antecipadamente e coberturas**a) Prêmios pagos antecipadamente**

Os prêmios de seguros pagos antecipadamente são:

Notas Explicativas

	Controladora e Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Responsabilidade Civil Geral	1.821	3.186
All Risks	389	1.555
Seguro de Transporte	72	73
	2.282	4.814

b) Cobertura de Seguros

Em 31 de março de 2011, os seguros contratados para cobrir eventuais sinistros são:

Modalidade	Cobertura	Valor da cobertura (milhares)
Responsabilidade Civil Geral	Operação Ferroviária	R\$ 25.000
Responsabilidade Civil Geral	Passageiros do trem turístico/MG	US\$ 5.000
Riscos Operacionais	All Risk	US\$ 1.250.000 *
Transportes carga de terceiros (por embarque)	All Risk	US\$ 30.000
Transportes de Importações (por embarque)	All Risk	US\$ 60.000
Vida em Grupo	Empregados	Multisalarial
Acidentes Pessoais	Estagiários	8

* limitado ao valor em risco declarado

Notas Explicativas**13 – Outros ativos circulantes**

Os outros ativos circulantes são:

	Controladora e Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Adiantamento a empregados	7.025	4.839
Adiantamento a fornecedores	5.421	5.421
Outras contas	616	640
	13.062	10.900

14 – Depósitos judiciais e provisão de contingências

Saldos dos depósitos e contingências

	Controladora e Consolidado			
	31 de março de 2011		31 de dezembro de 2010	
	Depósitos judiciais	Provisões de contingências	Depósitos judiciais	Provisões de contingências
Trabalhistas (a)	3.221	1.482	3.123	100
Cíveis (b)	96.211	54.100	89.736	51.904
Administrativa regulatória (c)	14.788	25.513	15.390	24.779
Tributárias (e)		4.168		4.093
Sesi (d)	15.424		8.021	
Ambientais (f)	29	1.301	27	1.122
	129.673	86.564	116.297	81.998

Movimentações da provisão de contingências:

	Controladora e Consolidado				
	31 de dezembro de 2010	Adição	Baixa	Juros e atualização monetária	31 de março de 2011
Trabalhistas (a)	51.904	4.161	(1.965)		54.100
Cíveis (b)	24.779	1.370	(2.824)	2.188	25.513
Administrativa regulatória (c)	4.093			75	4.168
Tributárias (e)	100	1.377		5	1.482
Ambientais (f)	1.122			179	1.301
Totais	81.998	6.908	(4.789)	2.447	86.564

De acordo com o Edital de Privatização, a União (RFFSA) continuará como única responsável por todos os seus passivos, a qualquer título e de qualquer natureza jurídica, obrigando-se a indenizar à Companhia os valores que esta venha a pagar

Notas Explicativas

decorrentes de atos e fatos ocorridos antes da assinatura do contrato de concessão, em 28 de agosto de 1996, mesmo quando reclamados ou objeto de decisão judicial posterior.

a) Trabalhistas

A Companhia está sendo acionada em reclamações de natureza trabalhistas oriundas do curso normal de suas atividades.

Em 31 de março de 2011, as contingências trabalhistas com expectativa de perda provável, de acordo com nossos consultores jurídicos, totalizam aproximadamente R\$ 54.100 (31 de dezembro de 2010 – R\$ 51.904). Esses montantes não incluem as contingências de responsabilidade da União (RFFSA), dado que a Companhia somente é responsável pelo pagamento de débitos trabalhistas originados após a desestatização, conforme o Edital de Desestatização em seu item 7.2 - Passivos Trabalhistas que diz:

"As obrigações trabalhistas da RFFSA para com seus empregados transferidos para a concessionária, relativos aos períodos anteriores à data da transferência de cada contrato de trabalho, sejam ou não objeto de reclamação judicial, continuarão de responsabilidade da RFFSA."

Além disso, a Procuradoria Geral da União(PGU) determinou no âmbito de sua competência a adoção por parte de seus membros dos procedimentos previstos no Parecer nº 50/2008-MLG/DTB/PGU/AGU, de 3 de setembro de 2008, que assim se apresenta:

1) nas ações em trâmite que envolvam obrigações trabalhistas decorrentes do período em que o empregado prestou serviços tão somente à RFFSA:

2) as Procuradorias não devem peticionar em Juízo alegando que a responsabilidade pelos débitos existentes antes da concessão devem ser imputados as concessionárias;

3) no caso das concessionárias requererem a intimação da União nas ações em que este ente público não figure no pólo passivo, a representação judicial da União deverá anuir com o pedido, a fim de participar em todos os demais atos do processo, desde que, da análise dos autos, se verifique a efetiva existência de responsabilidade da extinta RFFSA.

4) nas ações em trâmite que envolvam obrigações trabalhistas decorrentes tanto do período em que o empregado prestou serviços à extinta RFFSA como à empresa concessionária, as Procuradorias devem peticionar nos autos requerendo que os débitos de responsabilidade da União e das concessionárias sejam

Notas Explicativas

apurados de forma separada, para que este ente público possa alegar a existência de eventuais erros materiais no período de sua responsabilidade, bem como aplicar a incidência de juros de mora, na forma do artigo Iº-F da Lei nº 9.494/97.

Em vista deste parecer da AGU, há exemplos de decisões recentes no âmbito trabalhista determinando a inclusão da União Federal no Pólo Passivo da demanda.

A Companhia esclarece que será utilizada por seus consultores jurídicos, nas demandas cabíveis que envolvam a RFFSA (União Federal), as orientações contidas no Parecer da PGU/AGU.

O valor a receber da União (RFFSA), no montante de R\$ 12.752 (31 de dezembro de 2010 – R\$ 12.752), classificado na rubrica “Outras Contas a Receber” no ativo não circulante, refere-se aos valores desembolsados pela Companhia relacionados a indenizações de responsabilidade da União (RFFSA), em épocas anteriores a estas determinações da PGU/AGU.

b) Cíveis

A Companhia é parte em processos e demandas cíveis que envolvem responsabilidade contingente num total aproximado de R\$ 25.513 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 24.779).

Com base na análise individual de tais processos, e tendo como suporte a opinião dos nossos consultores jurídicos, a administração constituiu provisão para os valores contingentes com expectativa de perda provável.

c) Administrativa regulatória

A Companhia provisionou o valor de R\$ 4.168 (31 de dezembro de 2010- R\$ 4.093) referente a multa administrativa aplicada pela ANTT através dos autos de infração lavrados em 26 de maio de 2003, referentes a não-conformidades encontradas no trecho compreendido entre Engenheiro Lafaiete Bandeira e Barão de Camargos (Linha Mineira).

d) SESI

O valor depositado em juízo está relacionado ao auto de infração sobre as contribuições não recolhidas a esse órgão. Baseada no parecer de seus consultores jurídicos, que avaliaram como remota a possibilidade de perda, a Companhia não constituiu provisão para perda nesse processo.

Notas Explicativas

e) Tributárias

A Companhia constituiu provisões sobre autos de infração envolvendo processos aduaneiros, emitidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base na opinião de seus consultores jurídicos, no valor de R\$ 1.482 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 100).

f) Ambientais

Baseado no entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia provisionou R\$ 1.301 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 1.122) referentes a processos com expectativa de perda provável, em caso de não haver a celebração de acordo com os órgãos responsáveis pelas autuações. Caso haja celebração de Termo de Compromisso/Ajustamento de Conduta, e os projetos constantes destes Termos sejam integralmente executados, as multas a serem pagas poderão ser reduzidas em 50% a 90% dos valores originais, dependendo do órgão ambiental autuante (municipal, estadual e federal).

g) Contingências possíveis não provisionadas

Adicionalmente às provisões constituídas, existem outros passivos contingentes no montante aproximado de R\$ 1.364.000 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 864.000), conforme apresentado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Trabalhistas (i)	187.000	176.000
Cíveis (ii)	860.000	405.000
Previdenciário (iii)	49.000	44.000
Tributárias (iv)	177.000	149.000
Ambientais (v)	91.000	90.000
Totais	1.364.000	864.000

- i. Trabalhistas: trata-se de reclamações trabalhistas promovidas por ex-empregados da FCA, bem como sindicatos e ex-empregados de empresas terceirizadas, cujos pedidos mais recorrentes e relevantes referem-se ao pagamento por horas extras; alegação de não pagamento de adicional de periculosidade com o pedido de seu pagamento; alegação de divergência de salário para funções idênticas, ensejando pedido de diferenças salariais; alegação de ficar o empregado à disposição da Companhia em horário de descanso, o que determina o pedido de pagamento de sobreaviso; pedido de danos morais e materiais decorrentes de acidentes do trabalho e doença ocupacional e pedido de responsabilidade subsidiária da FCA em decorrência de não cumprimento de obrigações trabalhistas por empresas contratadas pela mesma para a prestação de serviços diversos (terceirização).

Notas Explicativas

- ii. Cíveis: trata-se de demandas contendo, principalmente, alegações de responsabilidade da FCA por acidentes envolvendo pessoas nos trilhos da malha ferroviária cedida à Companhia, com pedidos de indenizações por danos morais, materiais e estéticos. Há também demandas de natureza possessória, cuja discussão envolve pedidos de usucapião, bem como demandas em que a FCA pretende a desocupação de imóvel de sua propriedade ou que estejam na faixa de domínio da ferrovia. Há ainda demandas discutindo questões creditícias, promovidas por empresas contratadas pela FCA que alegam prejuízos contratuais.

No 1º trimestre de 2011, houve um acréscimo de aproximadamente R\$ 400.000 no saldo de contingências de natureza cível classificada como possível. Trata-se de uma ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público federal contra a União, FCA, MRS e RFFSA, objetivando não só a condenação da União a prestar o serviço de transporte ferroviário de passageiros em todas as linhas ferroviárias utilizadas pela RFFSA, ou, alternativamente, iniciar um processo licitatório neste sentido, como também a condenação da FCA e da MRS a executar um plano de recuperação da malha ferroviária e dos bens relacionados aos serviços por ela explorados, tudo ao argumento de que estas concessionárias não estariam zelando de forma adequada pelo patrimônio público que lhes foi concedido.

Quando do cadastramento deste processo no sistema da Companhia, acreditava-se que as chances de êxito da demanda eram boas, tendo sido atribuído o prognóstico de perda remota para esta demanda. Os consultores jurídicos internos da Companhia vêm efetuando revisões visando o aprimoramento dos controles sobre as contingências que envolvem a FCA. Como consequência dessa revisão identificou que a classificação mais adequada desse processo seria possível, uma vez que o processo ainda está na 1ª Instância e não foi sentenciado.

- iii. Previdenciários: trata-se de cobrança de contribuições sociais (aposentadoria especial, Sesi e INSS sobre valores pagos a autônomos e pagos a título de acertos de passivos trabalhistas).
- iv. Tributários: trata-se, principalmente, de cobrança de PIS/COFINS sobre receitas de tráfego mútuo, glosa de créditos de ICMS e de auto de infração em processos de importação de locomotivas.
- v. Ambientais: trata-se de demandas cuja discussão se refere a alegação dos órgãos ambientais, Ministério Público e Prefeituras de que a FCA teria descumprido alguma obrigação ambiental, ou sua atividade tenha gerado algum impacto ambiental, impondo multas diversas à Companhia.

15 – Investimentos

SL Serviços Logísticos Ltda. - A controlada está com as operações inativas. Em 31 de dezembro de 2006 o cálculo da equivalência patrimonial foi efetuado até o limite do saldo do investimento sendo constituída provisão para perda sobre o passivo a descoberto da controlada, que em 31 de março de 2011 e 31 de

Notas Explicativas

dezembro de 2010 totalizava o montante de R\$ 394, registrado na rubrica Provisões Operacionais no Passivo Circulante.

16 – Imobilizado

Controladora e Consolidado					
				31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
	Tempo estimado de vida útil	Taxa média anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Líquido
Bens em operação					
Imóveis	25 a 40 anos	2,98%	2.563	(383)	2.180
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	20 anos	5,00%	3.827	(1.468)	2.359
Equipamentos autônomos	5 a 20 anos	11,29%	19.353	(11.848)	7.505
Veículos	3 a 5 anos	27,69%	5.730	(5.717)	13
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10%	6.476	(4.109)	2.367
Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos	20%	20.313	(16.005)	4.308
Locomotivas	12,5 a 33,3 anos	6,26%	297.687	(91.959)	205.728
Vagões	33,3 anos	3,00%	257.238	(43.508)	213.730
Via permanente	10 a 50 anos	6,52%	34.294	(19.338)	14.956
Outros Ativos	10 a 15,8 anos	10,00%	3		3
			647.484	(194.335)	453.149
					469.774
Terrenos			1.142		1.142
Adiantamento a fornecedores de imobilizado			3.617		4.185
Provisão para baixa de ativo			(4.333)		(318)
			426		5.009
			647.910	(194.335)	453.575
					474.783

A Companhia nomeou locomotivas, vagões, veículos e equipamentos em penhora como garantia do juízo, em atendimento às execuções judiciais procedentes de processos judiciais e administrativos, no montante de aproximadamente R\$ 12.582 (31 de dezembro de 2010 – aproximadamente R\$ 12.765).

A movimentação do imobilizado no trimestre findo em 31 de março de 2011 está sumarizada da seguinte forma:

Controladora e Consolidado				
Imobilizado - Custo	31 de dezembro de 2010	Adições	Baixas	31 de março de 2011
Imóveis	2.563			2.563
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	3.827			3.827
Equipamentos autônomos	19.353			19.353
Veículos	5.730			5.730
Bens administrativos/auxiliares	6.476			6.476
Equipamentos e aplicativos de informática	20.313			20.313
Locomotivas	297.687			297.687
Vagões	257.238			257.238
Via permanente	43.075		(8.781)	34.294
Outros Ativos	3			3
	656.265		(8.781)	647.484
Terrenos	1.142			1.142
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	4.185	191	(759)	3.617
Provisão para baixa de ativo	(318)	(4.015)		(4.333)
	5.009	(3.824)	(759)	426
	661.274	(3.824)	(9.540)	647.910

Notas Explicativas

Imobilizado - depreciação	Controladora e Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	Adições	31 de março de 2011
Imóveis	(370)	(13)	(383)
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	(1.421)	(47)	(1.468)
Equipamentos autônomos	(11.401)	(446)	(11.847)
Veículos	(5.707)	(10)	(5.717)
Bens administrativos/auxiliares	(3.973)	(137)	(4.110)
Equipamentos e aplicativos de informática	(15.369)	(636)	(16.005)
Locomotivas	(87.715)	(4.245)	(91.960)
Vagões	(41.581)	(1.927)	(43.508)
Via permanente	(18.954)	(383)	(19.337)
	(186.491)	(7.844)	(194.335)

17 – Intangível

	Controladora e Consolidado			
	Tempo estimado de vida útil remanescente	Taxa média anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada
Direitos de concessão	15,8 anos	4,7%	43.169	(11.443)
Softwares adquiridos	3 a 5 anos	20%	18.172	(16.250)
			61.341	(27.693)
				33.648
Benfeitorias em propriedades arrendadas				
Imóveis	15,8 anos	2,59%	71.103	(12.058)
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	15,8 anos	5,0%	11.010	(2.451)
Equipamentos autônomos	5 a 15,8 anos	9,29%	7.096	(4.844)
Veículos	3 a 5 anos	23,38%	19	(19)
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10%	23	(21)
Locomotivas	12,5 a 15,8 anos	7,51%	119.151	(96.187)
Vagões	12,5 a 15,8 anos	3,00%	89.051	(53.586)
Via permanente	10 a 15,8 anos	4,21%	1.177.328	(320.561)
			1.474.781	(490.527)
			460.633	460.633
Benfeitorias em curso			1.996.755	(518.220)
				1.478.535
				1.426.682

As benfeitorias em propriedades arrendadas estão vinculadas ao contrato de arrendamento com a extinta RFFSA, sucedida pela União em 2007 conforme Lei 11.483.

O prazo de amortização das benfeitorias em instalações da via permanente arrendada foi limitado ao período de vigência do contrato de arrendamento.

A Companhia registrou o montante de R\$ 72.939, referente ao valor pago do direito de operação, no ativo imobilizado (R\$ 29.770), que são atribuíveis aos bens relacionados ao trecho transferido, e no intangível como Direitos de Concessão (R\$ 43.169), por se referir a mais valia paga para operar o trecho denominado Malha Paulista (Nota 1).

O intangível em curso é originário dos investimentos correntes plurianuais da Companhia e investimentos de capital. Tais investimentos englobando o biênio 2009 e 2010 apresentaram aumento substancial em 2010, principalmente no ultimo

Notas Explicativas

trimestre do ano. Em relação aos investimentos de capital estima-se que seu término e entrada em operação ocorram durante o exercício corrente.

Controladora e Consolidado		
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Construção e ampliação de pátios	55.989	40.051
Material rodante - aquisições e melhorias	84.802	81.387
Melhorias em instalações administrativas e de apoio	5.791	5.348
Novas rotas - desenvolvimento e ampliação	38.247	38.063
Oficinas - aquisição de equipamentos e reformas	15.564	15.144
Requalificação e melhorias nos postos de abastecimento	1.504	1.504
Segurança, saúde, meio ambiente - Desenvolvimento sustentável	26.537	25.013
Trens Turísticos - melhorias	1.065	866
Via permanente (infraestrutura e superestrutura)	227.946	193.240
Melhoria Operação Ferroviária	3.188	
	460.633	400.616

Notas Explicativas

O intangível no trimestre findo em 31 de março de 2011 apresentava a seguinte movimentação:

Controladora e Consolidado				
Intangível - custo	31 de dezembro de 2010	Adições	Baixas	31 de março de 2011
Direitos de concessão	43.169			43.169
Softwares adquiridos	18.172			18.172
	61.341			61.341
Benfeitorias em propriedades arrendadas				
Imóveis	71.103			71.103
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	11.010			11.010
Equipamentos autônomos	7.096			7.096
Veículos	19			19
Bens administrativos/auxiliares	23			23
Locomotivas	119.151			119.151
Vagões	89.051			89.051
Via permanente	1.166.428	10.900		1.177.328
	1.463.881	10.900	-	1.474.781
Intangível em curso	400.616	60.017		460.633
	1.925.838	70.917	-	1.996.755

Controladora e Consolidado				
Intangível - amortização	31 de dezembro de 2010	Adições	Baixas	31 de março de 2011
Direitos de concessão	(10.932)	(511)		(11.443)
Softwares adquiridos	(15.963)	(287)		(16.250)
Imóveis	(11.596)	(462)		(12.058)
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	(2.315)	(136)		(2.451)
Equipamentos autônomos	(4.738)	(106)		(4.844)
Veículos	(19)			(19)
Bens administrativos/auxiliares	(20)	(1)		(21)
Locomotivas	(95.771)	(1.216)		(96.987)
Vagões	(52.976)	(610)		(53.586)
Via permanente	(304.826)	(15.735)		(320.561)
	(499.156)	(19.064)	-	(518.220)

18 – Fornecedores - terceiros

mercado interno
mercado externo

Controladora e Consolidado	
31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
50.149	41.697
3.063	9.916
53.212	51.613

19 – Obrigações fiscais

Notas Explicativas

	Controladora e Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
ICMS a recolher	2.740	3.490
IRRF	785	1.204
PIS	595	491
ISS	607	373
COFINS	2.761	2.261
Outros	1.433	1.210
	8.921	9.029

20 – Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora e Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Salários	5.023	3.800
Encargos	1.397	973
Contribuições	84	258
Provisão para férias	12.619	13.074
Provisão para 13º salário	1.849	
Participação nos resultados	4.838	10.520
Outros	58	72
	25.868	28.697

21 – Arrendamentos e concessões a pagar

	Controladora e Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Poder Concedente - União		
Arrendamento (a)	28.766	28.794
Concessão (b)	1.514	1.515
	30.280	30.309
Ferrovia Bandeirantes S/A - FERROBAN		
Arrendamento (c.)	2.426	2.375
Concessão (d)	128	125
	2.554	2.500
	32.834	32.809

(a) Arrendamento dos bens - Malha Centro-Leste

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 28 de agosto de 1996 com a extinta Rede Ferroviária Federal – União (RFFSA), no montante de R\$ 292.421, dos quais R\$ 51.577 foram

Notas Explicativas

pagos antecipadamente. O saldo restante de R\$ 240.844 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 8.935 corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Até 31 de março de 2011, foram pagas 51 (cinquenta e uma) parcelas, sendo a 51ª parcela paga no valor de R\$ 28.766.

(b) Concessão dos serviços de transporte ferroviário - Malha Centro-Leste

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 28 de agosto de 1996, no montante de R\$ 15.845, dos quais R\$ 3.169 foram pagos à vista. O saldo restante de R\$ 12.676 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de

R\$ 470, corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Até 31 de março de 2011, foram pagas 51 (cinquenta e uma) parcelas, sendo a 51ª parcela paga no valor de R\$ 1.514.

(c) Arrendamento dos bens - Malha Paulista

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 30 de dezembro de 1998 com a extinta Rede Ferroviária Federal - RFFSA, no montante de R\$ 230.160, dos quais R\$ 52.793 foram pagos antecipadamente. O saldo restante de R\$ 177.367 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 6.937 corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Sendo que a FCA participa apenas com 35,595% dessa obrigação, levando em consideração que a Companhia vem operando o trecho compreendido entre Araguari/MG e Boa Vista/SP. Até 31 de março de 2011, foram pagas 42 (quarenta e duas) parcelas, sendo a 42ª parcela paga no valor de R\$ 7.280.

(d) Concessão dos serviços de transporte ferroviário – Malha Paulista Arrendamento dos bens – FERROBAN

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga e o arrendamento da malha paulista foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 30 de dezembro de 1998, no montante de R\$ 12.252, dos quais R\$ 2.917 foram pagos à vista. O saldo restante de R\$ 9.335 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 347, corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Sendo que a FCA participa apenas com 35,595% dessa obrigação, levando em consideração que a Companhia vem operando o trecho compreendido entre Araguari/MG e Boa Vista/SP. Até 31 de março de 2011, foram pagas 42 (quarenta e duas) parcelas, sendo a 42ª parcela paga no valor de R\$ 383.

O detalhamento dos compromissos assumidos em relação ao arrendamento e a concessão é o seguinte:

Notas Explicativas

	Prazos	Data inicial	Valor total do contrato	% de Participação	Adiantamento	Saldo	Total de parcelas trimestrais	Valor da parcela trimestral	Índice de atualização
Malha Centro Leste									
Arrendamento	30 anos	28/08/1996	292.421	100%	51.577	240.844	112	8.935	IGP DI
Concessão	30 anos	28/08/1996	15.845	100%	3.169	12.676	112	470	IGP DI
			308.266		54.746	253.520		9.405	
Malha Paulista-Ferroban									
Arrendamento	30 anos	30/12/1998	230.160	35,595%	52.793	177.367	112	6.937	IGP DI
Concessão	30 anos	30/12/1998	12.252	35,595%	2.917	9.335	112	347	IGP DI
			242.412		55.710	186.702		7.284	

22 – Provisões operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Portofer				
SL Serviços Logísticos Ltda	394	394		
Provisões ambientais	5.484	6.582	5.484	6.582
Outros operacionais	340	340	340	340
Provisões operacionais - circulante	6.218	7.316	5.824	6.922
Provisões ambientais	3.145	3.146	3.145	3.146
Outras provisões operacionais - não circulante	3.145	3.146	3.145	3.146

Notas Explicativas

A Companhia implementou ações corretivas e preventivas visando eliminar os passivos ambientais pertinentes as fontes ativas existentes desde a privatização da RFFSA. A eficácia na eliminação dos potenciais passivos ambientais foi constatada através dos diagnósticos realizados nas unidades operacionais da Companhia, proporcionando reduções significativas nas premissas e estimativas de gastos ambientais com a recuperação das fontes ativas, demonstradas no quadro abaixo:

	Controladora e Consolidado			
	31 de dezembro de 2010	Adições	Baixas	31 de março de 2011
Circulante				
Provisões Ambientais	6.582		(1.099)	5.483
Não Circulante				
Provisões Ambientais	3.146			3.146
Total das provisões ambientais	9.728	-	(1.099)	8.629

23- Antecipação de clientes

Referem-se a adiantamentos recebidos de clientes que em 31 de março de 2011 somavam R\$ 49.433

(31 de dezembro de 2010 - R\$ 47.926). Tais adiantamentos advêm dos esforços da Companhia junto a seus clientes, que como fruto de confiança na FCA anteciparam valores que serão abatidos de fretes a serem tomados ao longo dos exercícios. Os adiantamentos em questão são atualizados monetariamente, conforme taxas do mercado e variação do IGPM mensal, para manter sua capacidade de aquisição constante.

24 – Outros passivos circulantes

	Controladora e Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Garantias contratuais	1.797	1.797
Outros passivos circulantes	1.191	1.251
	2.988	3.048

Notas Explicativas

25 – Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC

Referem-se aos valores repassados pela controladora visando a atender as necessidades de capital de giro e de investimentos correntes da Companhia, que foram convertidos em adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC). Estes valores foram tratados como instrumento financeiro sem quaisquer encargos e atualização financeira.

Estes adiantamentos foram emitidos em caráter irrevogável e estão sendo capitalizados à medida que são aprovados em assembléia geral extraordinária realizadas durante os exercícios sociais.

26– Receitas Diferidas

Referem-se à receita antecipada de aluguel da malha ferroviária da Companhia para passagem de fibra ótica de empresa de telecomunicação que está sendo apropriada mensalmente ao resultado pelo período total do contrato firmado com o cliente.

27– Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 29 de abril de 2010, a AGE homologou a proposta da Diretoria para aumento do capital social da Companhia em R\$ 1.789.841, passando o capital social de R\$ 1.130.199 para R\$ 2.920.040, mediante a emissão de 109.873.615.524.248 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 16,29 por lote de um milhão de ações.

O acionista controlador Vale Operações Ferroviárias S.A. subscreveu e integralizou, neste ato, a totalidade do aumento de capital social aprovado. A integralização foi realizada mediante a utilização de créditos detidos pela Vale Operações Ferroviárias S.A. contra a FCA, referentes a adiantamentos para futuro aumento de capital efetuados no período compreendido entre 2003 e 2006.

Em 20 de julho de 2010, a AGE homologou a proposta da Diretoria para redução do capital social da Companhia, mediante a absorção dos prejuízos acumulados até 31 de dezembro de 2009, no montante de R\$ 1.197.074, passando o capital social de R\$ 2.920.040 para R\$1.722.966. Desta forma em 31 de dezembro de 2010 o capital social está representado por 210.197.577.031.248 ações ordinárias e 66.665.012 ações preferenciais, todas nominativas. As ações preferenciais não têm direito a voto e gozarão de prioridade no recebimento do capital, sem prêmio, quando da liquidação da Companhia.

É facultado à Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, optar pelo regime escritural para a emissão, registro de propriedade e transferência de uma ou mais classes de ações. Neste caso, a contratação da escrituração e a guarda dos livros de registro e transferência de ações e a emissão de certificados só poderão ser efetuados com

Notas Explicativas

instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a manter esse serviço. A instituição financeira depositária das ações ficará autorizada a cobrar do acionista o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais, observados os limites legais.

A Companhia, por deliberação da Assembléia Geral, poderá criar outras classes de ações, resgatáveis ou não, sem guardar proporção com as demais.

Atualmente no estatuto social da Companhia não está definido valor de capital autorizado.

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total de Ações Ord + Pref.
Vale Operações Ferroviárias S.A. - VOF	210.197.522.720.503	55.673.348	210.197.578.393.851
Outros - não controladores	54.310.745	10.991.664	65.302.409
Totais	210.197.577.031.248	66.665.012	210.197.643.696.260

b) Dividendos

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Os titulares de ações preferenciais terão prioridade no recebimento dos dividendos a serem distribuídos.

Notas Explicativas

c) Lucro (prejuízo) por ação

(i) Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

(ii) Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia não possui ações ordinárias potenciais diluídas.

Cálculo da média ponderada para 2010
(100.323.961.507.000 x 3/3)

Prejuízo do exercício
Média Ponderação de ações ordinárias em 31 de março de 2010
Lucro (prejuízo) básico e diluído por lote de milhão de ações R\$

Cálculo da média ponderada para 2011
(210.197.577.031.248 x 3/3)

Prejuízo do exercício
Média Ponderação de ações ordinárias em 31 de março de 2010
Lucro (prejuízo) básico e diluído por lote de milhão de ações R\$

Controladora e Consolidado **31/03/2010**

100.323.961.507.000

(22.881)
100.323.961.507.000
(0,23)

Controladora e Consolidado **31/03/2011**

210.197.577.031.248

(57.163)
210.197.577.031.248
(0,27)

28 – Receitas por natureza

a) Bruta de Serviços Prestados

Notas Explicativas

Receita Bruta

Receita de transporte ferroviário de minério de ferro
Receita de transporte ferroviário de carga geral
Receita de utilização de pátios
Receita de estadia de vagões
Receita de aluguel de locomotivas
Receita de partilha de frete
Receita de outros serviços

Total Receita Bruta

Impostos sobre serviços

ICMS
PIS
COFINS

Total Impostos sobre serviços

Receita de serviços prestados

Controladora e Consolidado	
31/03/2011	31/03/2010
11.307	20.081
209.143	204.987
186	195
473	437
420	184
15.097	18.097
4.639	3.929
241.265	247.910
(14.835)	(16.841)
(3.982)	(4.091)
(18.350)	(18.841)
(37.167)	(39.773)
204.098	208.137

b) Outras Receitas Operacionais

Venda de materiais
Recuperação de despesas
Trem Turístico
Travessias
Multas contratuais
Outros

Controladora e Consolidado	
31/03/2011	31/03/2010
4.724	3.982
6.896	320
619	521
1.350	468
(682)	177
85	91
12.992	5.559

c) Receitas Financeiras

Aplicação mercado financeiro
Juros taxa e multas de mora
Atualização de impostos a recuperar
Outras receitas financeiras

Controladora e Consolidado	
31/03/2011	31/03/2010
632	(5)
450	(13)
-	433
-	741
1.082	1.156

29 – Custos e despesas por natureza

a) Custos dos serviços prestados

Notas Explicativas

Benefícios a empregados
Salários
Encargos sociais
Serviços profissionais técnicos
Seguros
Materiais
Combustíveis
Utilidades públicas
Custo de partilha de frete
Locações
Pecas e componentes ferroviários
Diversos
Custo operacional
Depreciação
Despesas de arrendamento e concessão
Custo dos serviços prestados

Controladora e Consolidado	
31/03/2011	31/03/2010
(14.196)	(12.733)
(22.092)	(19.400)
(10.417)	(9.134)
(17.086)	(17.554)
(2.782)	(3.347)
(8.751)	(5.140)
(40.707)	(42.438)
(1.337)	(1.478)
(38.766)	(37.469)
(12.904)	(2.852)
(11.459)	(7.925)
(1.039)	(2.367)
(181.536)	(162.642)
(24.971)	(22.199)
(35.063)	(32.900)
(241.570)	(217.741)

b) Despesas com vendas

Benefícios a empregados
Salários
Encargos sociais
Seguros

Controladora e Consolidado	
31/03/2011	31/03/2010
(8)	(4)
(13)	(6)
(6)	(3)
(27)	(13)

c) Despesas gerais e administrativas

Benefícios a empregados
Salários
Encargos sociais
Serviços profissionais técnicos
Materiais
Combustíveis
Tributos
Utilidades públicas
Locações
Diversos
Depreciação

Controladora e Consolidado	
31/03/2011	31/03/2010
(889)	(731)
(1.502)	(1.457)
(669)	(618)
(5.963)	(5.501)
(83)	(66)
(12)	(2)
(2)	
(73)	(96)
(131)	(14)
(792)	(855)
(1.936)	(1.809)
(13.052)	(11.149)

d) Reversão (constituição) de provisão para perdas e contingências

Perdas
de créditos de ICMS
de desvalorização de estoques de materiais
contas a receber de clientes
Contingências
trabalhistas
cíveis
tributárias
Ambientais
Gastos operacionais

Controladora e Consolidado	
31/03/2011	31/03/2010
180	288
741	(14)
	(316)
(2.195)	1.161
(810)	(1.677)
(1.381)	(6)
(180)	5.581
1.099	(5.596)
(2.546)	(579)

Notas Explicativas

e) Outras despesas operacionais

Tributárias
Baixa de Ativos
Estoques
Participação no resultado
Outros gastos c/pessoal
Trens Turísticos
Outras operacionais
Processos Judiciais

Controladora e Consolidado	
31/03/2011	31/03/2010
(2.149)	512
(4.015)	-
(653)	(97)
(2.166)	1.118
(56)	13
(519)	(615)
(996)	(1.270)
(8.284)	(2.264)
(18.838)	(2.603)

f) Despesas financeiras

Despesas com IOF
Encargos por atraso
Despesa de carta de fiança
Outras despesas financeiras
Totais

Controladora e Consolidado	
31/03/2011	31/03/2010
-	(44)
(1.082)	-
(1.600)	-
(438)	(2.599)
(3.120)	(2.643)

g) Variações monetárias

Variação Monetária ativa
Variação Monetária passiva

Controladora e Consolidado	
31/03/2011	31/03/2010
2.604	13
1.236	(3.019)
3.840	(3.006)

30- Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia não vem constituindo ativo diferido de Imposto de Renda e Contribuição Social, principalmente em função de ainda não apresentar um histórico de lucros tributáveis.

-

O total dos créditos fiscais não reconhecidos pode ser assim demonstrado:

Notas Explicativas

Controladora e Consolidado			
		31/03/2011	31/03/2010
Imposto de renda diferido		2.514	2.123
Provisão para devedores duvidosos		21.641	21.391
Provisão para contingências		3.425	9.468
Outras provisões		292.488	278.839
Prejuízo fiscal		320.068	311.821
Contribuição social diferida		905	764
Provisão para devedores duvidosos		7.791	7.701
Provisão para contingências		1.233	3.408
Outras provisões		105.884	100.971
Base negativa		115.813	112.844
		435.881	424.665
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos		1.169.950	1.115.356
Prejuízo Fiscal para Imposto de Renda		1.176.490	1.121.895
Base Negativa da Contribuição Social			

Notas Explicativas

b) Reconciliação das despesas do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora e Consolidado			
	31/03/2011		31/03/2010	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes da tributação	(57.141)	(57.141)	(22.881)	(22.881)
Adições (exclusões) permanentes:	1	-	7	-
Multas não dedutíveis	-	-	-	-
Despesas não dedutíveis	-	-	-	-
Adições (exclusões) temporárias:	4.565	4.565	(5.059)	(5.059)
Reversão de provisão para contingências, líquida	(179)	(179)	(288)	(288)
Reversão de provisão para perdas com ICMS, líquida	-	-	(13)	(13)
Reversão de provisão para perdas de materiais, líquida	(1.098)	(1.098)	5.596	5.596
Constituição (reversão) de outras provisões, líquida	(741)	(741)	(316)	(316)
Constituição (reversão) de perdas de créditos, líquida	-	-	-	-
Base de cálculo	(54.594)	(54.595)	(22.954)	(22.961)
Crédito de Imposto de Renda e Contribuição Social - (aliquotas efetivas IR 25% e CS 9%)	(13.649)	(4.914)	(5.739)	(2.066)
Créditos fiscais não reconhecidos	13.649	4.914	5.739	2.066

31 – Informações por segmento de negócios

Considerando que os segmentos operacionais de suas atividades apresentam características econômicas e financeiras similares e visando a adequada avaliação dos efeitos financeiros e dos ambientes econômicos e regulatórios onde atua, a administração da Companhia toma suas decisões e avalia regularmente o desempenho de seus produtos e serviços a partir do agrupamento de suas atividades em um único segmento.

A unificação dos segmentos foi validada com base nos seguintes aspectos:

- A geração de caixa de suas atividades é decorrente das atividades de prestação de serviços de transportes de cargas.
- A metodologia aplicada na prestação de serviços de transportes de cargas é idêntica para todos os clientes, independentemente da categoria.

32 – Previdência complementar

Conforme previsto no Edital de Privatização, uma das obrigações da Companhia era implantar um plano de previdência privada em substituição ao plano da REFER.

Notas Explicativas

A partir de outubro de 2000, foi implantado na Companhia o plano da VALIA - Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social, entidade jurídica de fins não-lucrativos, instituída em 1973, tendo por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da VALE e suas controladas e coligadas que participam ou venham a participar do plano.

A Companhia, sua controladora e diversas empresas do Grupo Vale são patrocinadoras da VALIA.

(a) Plano de Benefício - FCA

Consiste em um plano misto de benefícios e foi elaborado tendo por base os mais modernos conceitos no âmbito da Previdência Complementar de benefícios programáveis, que são do tipo contribuição definida desvinculados da concessão de benefícios da Previdência Social. Contempla também o Benefício Diferido por Desligamento ("Vesting"), que permite ao participante manter-se vinculado ao plano sem que sejam necessárias contribuições futuras, além dos chamados benefícios de risco (aposentadoria por invalidez e pensão por morte).

Outra vantagem prevista pelo plano é que este permite, em caso de desligamento da Fundação, a devolução da totalidade das contribuições do participante e até 80% das contribuições da patrocinadora, acrescidas da rentabilidade dos investimentos. Este plano foi implementado em outubro de 2000 e para ele migraram quase todos os empregados então ativos da Companhia. Em 31 de março de 2011, 3.525 empregados e vinculados contribuintes haviam aderido ao plano (31 de dezembro de 2010 - 3.282).

As contribuições da Companhia para o Plano de Benefícios FCA são como segue:

- Contribuição ordinária - Destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, é idêntica à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação, no que exceder a dez unidades de referência do plano.
- Contribuição extraordinária - Pode ser realizada a qualquer tempo, a critério das patrocinadoras.
- Contribuição normal - Para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário quando da elaboração das avaliações atuariais.
- Contribuição Especial - Destinada a cobrir qualquer compromisso especial porventura existente.

O resultado da avaliação atuarial para 31 de dezembro de 2010 está assim apresentado:

	Controladora e Consolidado
	2010
Valor presente das obrigações atuariais	(1.793)
Valor justo dos ativos do plano	2.990
Ativo atuarial	<u>1.197</u>

A Companhia não registrou em seu balanço patrimonial nenhum ativo decorrente de avaliações atuariais anteriores, por não haver, claramente, evidência de probabilidade de sua realização.

(b) Contribuições da patrocinadora

A Companhia é participante e responsável pela cobertura proporcional de qualquer insuficiência nas reservas técnicas da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA. Para a formação de reservas técnicas com base em cálculos efetuados por atuário independente, além da contribuição dos empregados, a Companhia contribuiu com R\$ 355 no trimestre findo em 31 de março 2011 (31 de março de 2010 - R\$ 335).

(c) Hipóteses atuariais e econômicas

Notas Explicativas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, etc. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação. As hipóteses atuariais econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. Portanto, a curto prazo, elas podem não ser necessariamente realizadas.

Notas Explicativas

Na avaliação atuarial efetuada para 31 de dezembro de 2010, foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais e econômicas:

Controladora e Consolidado	
2010	
Hipóteses atuariais	
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	11,30% a.a
Taxa de rendimento nominal esperada sobre ativos do plano	10,70% a.a
Índice estimado de aumento nominal dos salários	8,15 % até 48 anos 5 % a partir de 48 anos
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,5 % a.a
Taxa estimada de inflação no longo prazo	5,0 % a.a
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT83 Male
Tábua biométrica de entrada em invalidez	3,0 x Alvaro Vindas e AT83 Male
Taxa de rotatividade esperada	3% até 48 anos e nula a partir de 48 anos

33 – Fatores de risco

A atividade de concessão é objeto de Contrato de concessão firmado com a interveniência do Poder Concedente, estando sujeita a um ambiente altamente regulado.

Os contratos de concessão são contratos administrativos regidos pelas leis brasileiras, as quais fornecem ao Poder Concedente certa discricionariedade para determinar, motivadamente, nos editais de licitação, os termos e condições aplicáveis às concessões da Companhia.

Caso a Companhia tenha que efetuar investimentos adicionais como resultado de uma medida não prevista no contrato, ou, ainda, como resultado de medidas unilaterais, nas hipóteses previstas na legislação, por parte das autoridades concedentes, sua condição financeira e seus resultados operacionais podem ser afetados adversamente.

Atitudes como essas ou a edição de normas ainda mais rígidas, em razão do interesse público, poderão afetar sua capacidade de atender a todos os requisitos exigidos pelos processos regulatórios e seus resultados de forma adversa.

A Companhia está sujeita a diversas leis e regulamentos ambientais que podem se tornar mais rígidos no futuro e resultar em maiores obrigações e maiores investimentos de capital.

A Companhia está comprometida com as melhores práticas de sustentabilidade e proteção ao meio ambiente, e isto requer o investimento de recursos e esforços da administração.

Além disso, suas operações estão sujeitas a extensa legislação federal, estadual e municipal relativa à proteção do meio ambiente.

O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas por eventual inobservância destas normas.

Tais sanções podem incluir, entre outras, a imposição de multas, a revogação de licenças e até mesmo a suspensão temporária ou definitiva de suas atividades.

A aprovação de leis e regulamentos de meio ambiente mais rigorosos podem forçar a Companhia a destinar maiores investimentos de capital neste campo e, em consequência, alterar a destinação de recursos de

Notas Explicativas

investimentos já planejados. Tais alterações poderiam ter efeito adverso relevante sobre as condições financeiras e sobre os resultados da Companhia.

As exigências ambientais adicionais que venham a ser impostas no futuro em razão de alterações na legislação ambiental ou no impacto ambiental de suas atividades, assim como a sua incapacidade de obter as licenças ambientais necessárias, podem exigir que ela incorra em custos adicionais significativos e podem acarretar um efeito adverso relevante em seus negócios, situação financeira e resultados operacionais.

34 – Instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de março de 2011 eram caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, mútuos (Vale S.A.), adiantamentos para futuro aumento de capital, fornecedores e partes relacionadas, cujos valores contábeis aproximavam-se dos correspondentes valores de realização.

A Companhia não contratou quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos nos primeiros trimestres de 2011 e 2010.

a) Risco de Mercado

Considerando a natureza dos negócios e operações da FCA, o principal fator de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta são preços de produtos e insumos e outros custos.

b) Risco com taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio que aumentem valores relacionados às importações de estoque e imobilizado.

Em 31 de março de 2011, a Companhia possuía passivos denominados em dólares norte-americanos no montante de R\$ 3.063 (31 de dezembro de 2010 – R\$ 9.916).

c) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Notas Explicativas

Considerando que não há ativos ou passivos significativos com incidência de juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

d) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. No caso de clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

As atividades da Companhia compreendem a prestação de serviços de transporte ferroviário de carga geral. O principal fator de risco de mercado que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência, é adotada uma política de gestão rigorosa na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas do perfil dos clientes, bem como um sistema que permite o bloqueio automático de vendas a clientes acima do limite estabelecido e com atrasos nos pagamentos de suas faturas. Também deve ser destacado que a prestação de serviços, pelas características dos produtos transportados e dispersão de clientes, não apresentam concentrações relevantes, existindo natural diluição de riscos de realização de contas a receber com conseqüente minimização de perdas individuais.

Em 31 de março de 2011, a Companhia constituiu provisão para cobrir eventuais perdas com contas a receber no montante de R\$ 10.056 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 10.797).

e) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade de não poder cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

Para mitigar esse risco, a Companhia conta com a Assistência Financeira - ASSFIN administrada pela controladora indireta VALE S.A. A liquidez no curto prazo e a eficiência da gestão do caixa, é administrada conjuntamente com o centro de serviço compartilhado da controladora indireta. Assim, a previsão de fluxo de caixa é realizada pelo centro de Serviços Compartilhados. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

f) Risco operacional

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de apólices do tipo All Risks.

g) Os instrumentos financeiros por categoria em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 correspondem:

	Controladora			Consolidado		
	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativos						
31 de março de 2011						
Contas a receber de clientes	69.999		69.999	69.999		69.999
Partes relacionadas	16.970		16.970	16.576		16.576
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	7.781		7.781	7.781		7.781
CDB's		7.468	7.468		7.468	7.468
	94.750	7.468	102.218	94.356	7.468	101.824

	Controladora e Consolidado		
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
Passivos			
31 de março de 2011		53.212	53.212
Fornecedores		120.753	120.753
Partes relacionadas		271.484	271.484
Adiantamentos para futuro aumento de capital		445.449	445.449

	Controladora			Consolidado		
	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativos						
31 de dezembro de 2010						
Contas a receber de clientes	58.796		58.796	58.796		58.796
Partes relacionadas	18.804		18.804	18.410		18.410
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	10.201		10.201	10.201		10.201
CDB's		20.791	20.791		20.791	20.791
	<u>87.801</u>	<u>20.791</u>	<u>108.592</u>	<u>87.407</u>	<u>20.791</u>	<u>108.198</u>

	Controladora e Consolidado		
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
Passivos			
31 de dezembro de 2010		51.613	51.613
Fornecedores		98.437	98.437
Partes relacionadas		205.029	205.029
Adiantamentos para futuro aumento de capital		355.079	355.079

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Ferrovia Centro-Atlântica S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Ferrovia Centro-Atlântica S.A. e sua controlada, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 –Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado, individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e

consolidadas tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 5 de maio de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" MG

Anibal Manoel Gonçalves de Oliveira
Contador CRC 1RJ056588/O "S" MG